

CURRICULUM VITAE

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: Marco Rafael Fernandes Caldeira

2. RESUMO / NOTA CURRICULAR

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2005).
- Pós-graduações em Legística e Ciência da Legislação e em Direito dos Contratos Públicos, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2007), e em Justiça Administrativa e Fiscal, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2008).
- Conclusão da parte escolar do Mestrado científico (menção de Ciências Jurídico-Políticas) na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2010), com subsequente admissão a Doutoramento na mesma Faculdade (2011).
- Advogado (Associado Coordenador na VdA), com mais de quinze anos de experiência profissional, trabalhando nas mais diversas áreas do Direito Público, inscrito na Ordem dos Advogados em Portugal e no Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia de Timor-Leste.
- Assistente Convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 2013.
- Autor de diversas monografias e de mais de seis dezenas de artigos científicos, com especial enfoque nas áreas do Direito da Contratação Pública e do Direito do Contencioso Administrativo.
- Orador em diversos cursos de pós-graduação e em dezenas de conferências sobre temas de Direito Administrativo geral e especial, em Portugal e também no estrangeiro, destacando-se a participação regular, nos últimos anos, nas sucessivas edições dos cursos sobre *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo e Tributário* e sobre *Direito da Contratação Pública: Direito Internacional e Europeu, Direito nacional e Concorrência* (FDUL), bem como sobre *Direito e Prática da Contratação Pública* (Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa) e *Direito Administrativo* (Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto).
- Co-fundador e membro do Conselho Executivo de uma revista jurídica (a *Revista de Direito Administrativo*), de que foi, sucessivamente, Director-Adjunto (2017-2019) e Director (2020-2021).

- Secretário-Geral do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (desde 2021).
- Vencedor do *Prémio em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda* (AAFDL, 2012) e do *Prémio António Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares* (Assembleia da República, 2020).

3. ACTIVIDADE COMO ÁRBITRO

- Árbitro no *Centro de Arbitragem Administrativa* (CAAD) desde 2014, para litígios sobre contratação pública, tendo sido árbitro único nos seguintes processos:
 - Processo n.º 1290/2019-A (decisão disponível em <https://caad.org.pt/administrativo/decisoes/decisao.php?listPage=17&id=174>);
 - Processo n.º 1302/2019-A (decisão disponível em <https://caad.org.pt/administrativo/decisoes/decisao.php?listPage=18&id=178>);
 - Processo n.º 1303/2019-A (decisão disponível em <https://caad.org.pt/administrativo/decisoes/decisao.php?listPage=18&id=179>); e
 - Processo n.º 1304/2019-A (decisão disponível em <https://caad.org.pt/administrativo/decisoes/decisao.php?listPage=18&id=180>).

4. PUBLICAÇÕES ACADÉMICAS MAIS RELEVANTES

4.1. EM MATÉRIA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- “As medidas especiais de contratação pública – Uma primeira apreciação sobre alguns aspectos da Lei n.º 30/2021, de 21 de Maio”, in AA.VV., *A Revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021 (Atas da Conferência de 27 e 28 de maio de 2021 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)* (coord. MARIA JOÃO ESTORNINHO, ANA GOUVEIA MARTINS e PEDRO FERNÁNDEZ SÁNCHEZ), AAFDL Editora, Lisboa, 2021, pp. 91-102.
- “Repensar o controlo prévio dos contratos públicos pelo Tribunal de Contas: uma alteração cirúrgica”, in AA.VV., *A importância do Tribunal de Contas na Defesa do Estado de Direito* (coord. JOAQUIM FREITAS DA ROCHA e HUGO FLORES), Almedina, Coimbra, 2021, pp. 153-180.
- “O fracionamento do objeto do contrato na jurisprudência do Tribunal de Contas”, in *Revista de Direito Administrativo*, número especial n.º 2, Julho de 2021, pp. 71-84.
- “A posição do incumbente e a promoção da sã concorrência”, in AA.VV., *Concorrência e Sustentabilidade: Dois Desafios para a Contratação Pública – Actas das II Jornadas de*

- Direito dos Contratos Públicos (30 de Setembro a 2 de Outubro de 2020, FDUL)* (coord. MIGUEL ASSIS RAIMUNDO), AAFDL Editora, Lisboa, 2021, pp. 57-82.
- “Das preferências “locais” na revisão do Código dos Contratos Públicos: são os “santos da casa” que fazem “milagres”?”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 10, Janeiro-Abril de 2021, pp. 63-68.
 - “O “preço anormalmente baixo”: alguns problemas”, in AA.VV., *Jornadas de Direito dos Contratos Públicos (16-17 de Maio de 2019, FDUL) – Actas da Conferência* (coord. MIGUEL ASSIS RAIMUNDO), AAFDL, Lisboa, 2020, pp. 137-165.
 - “Regulação dos mercados públicos”, in AA.VV., *Garantia de Direitos e Regulação: Perspectivas de Direito Administrativo* (coord. CARLA AMADO GOMES, RICARDO PEDRO, RUTE SARAIVA e FERNANDA MAÇÃS), AAFDL, Lisboa, 2020, pp. 779-815.
 - “O âmbito subjectivo da centralização das compras públicas em Portugal”, in AA.VV., *Centralização e Agregação de Compras Públicas – Reflexões sobre uma tendência actual da contratação pública* (coord. MIGUEL ASSIS RAIMUNDO), Almedina, Coimbra, 2019, pp. 131-181 (uma versão ligeiramente alterada deste artigo foi também publicada na *Revista de Direito Público da Economia*, Ano 17, Volume 68, Outubro/Dezembro de 2019, pp. 43-80).
 - “Considerações em torno da relevância do elemento *personal* na contratação pública”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 18, Setembro 2018, pp. 117-146.
 - “O Gestor do Contrato em Portugal e em Angola – Breve nota comparativa”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 3, Setembro-Dezembro de 2018, pp. 70-82.
 - “Problemas de constitucionalidade de regimes avulsos de contratação pública”, in AA.VV., *A Constituição e a Administração Pública – Problemas de constitucionalidade das leis fundamentais do Direito Administrativo Português* (coord. PEDRO FERNÁNDEZ SÁNCHEZ e LUÍS ALVES), AAFDL, Lisboa, 2018, pp. 65-91.
 - ““Até ao infinito e mais além?” – Comentário ao Acórdão do Tribunal de Contas (1.ª Secção – Plenário) n.º 17/15, processo n.º 2160/2014, de 9 de Junho de 2015”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 2, Maio-Agosto de 2018, pp. 100-107 (com PEDRO SANTOS AZEVEDO).
 - “Apontamentos práticos sobre a elaboração das peças procedimentais, à luz do Código dos Contratos Públicos revisto”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 1, Janeiro-Abril de 2018, pp. 20-31.
 - “Sobre algumas eventuais implicações do novo Código do Procedimento Administrativo em matéria de contratação pública”, in AA.VV., *Estudos em Homenagem a Mário Esteves de Oliveira* (org. JOSÉ MIGUEL JÚDICE, ANTÓNIO LOBO XAVIER, PEDRO COSTA GONÇALVES, PAULO PINHEIRO e LINO TORRAL), Almedina, Coimbra, 2017, pp. 219-240.

- “Contratação pública “verde”: uma evolução (eco)lógica”, in AA.VV., *Comentários à revisão do Código dos Contratos Públicos* (coord. CARLA AMADO GOMES, RICARDO PEDRO, TIAGO SERRÃO e MARCO CALDEIRA), AAFDL Editora, Lisboa, 2017, pp. 517-558 (*Comentários ao Código dos Contratos Públicos*, Volume II, 4.ª edição, 2021, pp. 209-251) **(com CARLA AMADO GOMES)** (também publicado na *Revista da AGU*, Volume 16, n.º 4, Brasília, Outubro/Dezembro de 2017, pp. 43-80, disponível em <https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2119>).
- “Avaliação de propostas e (não) adjudicação”, in AA.VV., *Atas do II Congresso Internacional da Contratação Pública* (coord. ISABEL CELESTE FONSECA), NEDip – Núcleo de Estudos de Direito Ius Publicum, Braga, 2017, pp. 319-339.
- “Da exclusão por incumprimento de contrato(s) anterior(es) à luz das novas Directivas em matéria de contratação pública”, in AA.VV., *Liber Amicorum Manuel Simas Santos* (coord. ANDRÉ PAULINO PITON e ANA TERESA CARNEIRO), Rei dos Livros, Carcavelos, 2016, pp. 893-919 **(com JULIANA BRAZ MIMOSO)**.
- “A centralização das compras públicas: a propósito (mas não só...) das Directivas de 2014”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 14 (Maio-Agosto de 2014), 2017, pp. 19-44.
- “O novo regime dos erros e omissões no anteprojecto de revisão do Código dos Contratos Públicos”, in AA.VV., *Atas da Conferência “A Revisão do Código dos Contratos Públicos”* (coord. MARIA JOÃO ESTORNINHO e ANA GOUVEIA MARTINS), ICJP, Dezembro de 2016, pp. 143-158 (disponível em www.icjp.pt).
- “Os Acordos-Quadro nas Directivas de 2014 sobre contratação pública”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 13, 2016, pp. 143-166 (também publicado na *Revista de Contratos Públicos*, Belo Horizonte, Ano 6, n.º 10, Setembro de 2016/Febrero de 2017, pp. 159-178).
- “Breves reflexões sobre a transposição das Directivas de contratação pública de 2014: precisaremos de um novo Código dos Contratos Públicos?”, in *e-Pública*, n.º 5, Julho de 2015 (disponível em www.e-publica.pt).
- “Instituições de Ensino Superior e Sistema Nacional de Compras Públicas (Observações sobre a jurisprudência do Tribunal de Contas)”, in AA.VV., *Para Jorge Leite – Escritos Jurídicos*, Volume II (coord. JOÃO REIS, LEAL AMADO, LIBERAL FERNANDES e REGINA REDINHA), Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 79-97.
- “Da imparcialidade dos júris na contratação pública: o caso recente das incompatibilidades no sector da saúde”, in *O Direito*, Ano 146.º, III, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 717-735.
- “Um caso de «arrependimento» da Administração antes da celebração do contrato”, in AA.VV., *Responsabilidade Civil Extracontratual das Entidades Públicas: Anotações de Jurisprudência* (coord. CARLA AMADO GOMES e TIAGO SERRÃO), ICJP, Outubro de 2013, pp. 99-116 (disponível em www.icjp.pt).

- “Sobre a caducidade da adjudicação no Código dos Contratos Públicos”, in AA.VV., *Estudos de Contratação Pública – IV* (org. PEDRO COSTA GONÇALVES), CEDIPRE, Coimbra, 2013, pp. 447-485.
- “Adjudicação e Exigibilidade Judicial da Celebração do Contrato Administrativo”, in *O Direito*, Ano 140.º, III, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 697-728.

4.2. EM MATÉRIA DE ARBITRAGEM ADMINISTRATIVA

- *Arbitragem Administrativa: Uma Proposta*, Almedina, Coimbra, 2019 [com TIAGO SERRÃO (coord.), ANA CELESTE CARVALHO, ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO, DAVID PRATAS BRITO, JOSÉ DUARTE COIMBRA e RICARDO PEDRO]*.
- “A publicidade das decisões arbitrais administrativas: algumas reflexões”, in AA.VV., *Estudos Jurídicos em Comemoração do Centenário da AAFDL* (coord. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, JOSÉ FERREIRA GOMES e TIAGO SERRÃO), Volume I (coord. TIAGO SERRÃO), AAFDL, Lisboa, 2018, pp. 157-182 (com TIAGO SERRÃO).
- “A arbitragem no Código dos Contratos Públicos revisto”, in AA.VV., *A arbitragem administrativa em debate: problemas gerais e arbitragem em matéria de contratos públicos* (coord. CARLA AMADO GOMES e RICARDO PEDRO), AAFDL, Lisboa 2018, pp. 277-322.
- “As arbitragens pré-contratuais no Direito Administrativo português: entre a novidade e o risco de inefectividade”, in AA.VV., *Arbitragem e Direito Público* (coord. CARLA AMADO GOMES, DOMINGOS SOARES FARINHO e RICARDO PEDRO), AAFDL, Lisboa, 2015, pp. 289-329 (reimp. 2018) (com TIAGO SERRÃO).

4.3. EM MATÉRIA DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

4.3.1. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO EM GERAL

- “Das relações entre a tutela cautelar e o processo principal – Reflexões tópicas a propósito de uma decisão surpreendente e de um problema crónico”, in *Ius Dictum*, Ano I, n.º 3, 2021, pp. 37-48.

* O projecto de articulado foi também publicado na *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, n.º 12, 2019, pp. 239-246, na *Revista Brasileira de Alternative Dispute Resolution*, Ano I, n.º 2, Julho/Dezembro de 2019, pp. 280-291, e na *Revista de Direito Administrativo*, n.º 7, Janeiro-Abril de 2020, pp. 79-83.

- “Em busca das *especificidades* do processo administrativo”, in AA.VV., *Direito Processual Administrativo* (coord. JORGE BACELAR GOUVEIA e ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA), Petrony, 2020, pp. 27-44.
- “Acidentes de viação, responsabilidade da concessionária e determinação da jurisdição competente – Anotação ao Acórdão do Tribunal dos Conflitos de 23 de Novembro de 2017, Processo n.º 010/17”, in *Revista de Direito Administrativo*, número especial n.º 1, Setembro de 2020, pp. 89-94.
- “A efectividade da tutela cautelar: algumas notas sobre o regime de execução das decisões cautelares administrativas”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 124, Julho/Agosto de 2017, pp. 72-83 [uma versão mais reduzida deste texto foi publicada, sob o título “A execução das decisões proferidas em processos cautelares”, em AA.VV. *Processo Administrativo*, (coord. MARTA CAVALEIRA, FERNANDO DUARTE e ANA CARLA PALMA), Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 2020, pp. 63-66, disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ProcessoA.pdf].
- “O Contencioso Administrativo da Concessão e Perda do(s) Direito(s) à Protecção Internacional (Asilo e Protecção Subsidiária)”, in AA.VV., *O Contencioso do Direito de Asilo e Protecção Subsidiária*, Centro de Estudos Judiciários, 2016, pp. 265-303 (2.ª edição, 2017, pp. 305-343) (com CARLA AMADO GOMES, JOSÉ DUARTE COIMBRA e FRANCISCO ABREU DUARTE) (disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_O_contencioso_do_direito_de_asilo_e_protecao_subidiaria_2edicao.pdf) (também publicado na *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Ano LVIX, 2018/I, pp. 43-91).
- “Em torno de uma novidade na contagem dos prazos de impugnação – da nova alínea b) do n.º 3 do artigo 58.º do CPTA”, in *e-Pública*, n.º 7, Abril de 2016 (disponível em www.e-publica.pt).
- “A impugnação de actos no novo CPTA: âmbito, delimitação e pressupostos”, in AA.VV., *Comentários à Revisão do ETAF e do CPTA* (coord. CARLA AMADO GOMES, ANA FERNANDA NEVES e TIAGO SERRÃO), AAFDL Editora, Lisboa, 2016, pp. 245-275 (*Comentários à legislação processual administrativa*, 5.ª edição, Volume II, 2020, pp. 5-40).
- “De volta às reclamações para a conferência: (um)a decisão constitucionalmente adequada”, in *O Direito*, Ano 147.º, I, 2015, pp. 213-228 (com TIAGO SERRÃO).
- “As reclamações para a conferência na jurisprudência administrativa: análise crítica”, in *O Direito*, Ano 145.º, III, 2013, pp. 641-661 (com TIAGO SERRÃO).

4.3.2. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PRÉ-CONTRATUAL

- “Contencioso da Contratação Pública”, in AA.VV., *Contencioso Administrativo Especial* (coord. TIAGO SERRÃO e JOSÉ DUARTE COIMBRA), AAFDL Editora, Lisboa, 2021, pp. 175-248.

- “Quão *plena* deve ser a jurisdição no contencioso pré-contratual? – duas questões a propósito do Acórdão *Lombardi Srl* (Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 5 de Setembro de 2019, processo n.º C-333/18)”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 9, Setembro-Dezembro de 2020, pp. 17-31.
- *Estudos sobre o contencioso pré-contratual*, AAFDL, Lisboa, 2017.
- “O “novo” contencioso pré-contratual (tópicos desenvolvidos para uma intervenção)”, in AA.VV., *Contencioso Pré-Contratual*, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, Fevereiro de 2017, pp. 19-50 (disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Contencioso_Precontratual.pdf).
- “Brevíssimos tópicos sobre a aplicação da lei no tempo – A propósito da revisão do CPTA e do “novo” regime do contencioso pré-contratual”, in *e-Pública*, n.º 6, Dezembro de 2015 (disponível em www.e-publica.pt).
- “«Um por todos...» ou «Juntos até que a morte os separe»? Agrupamentos e litisconsórcio no contencioso pré-contratual”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 107, Setembro/Outubro de 2014, pp. 8-22.
- “Novidades no domínio do contencioso pré-contratual”, in AA.VV., *O Anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate* (coord. CARLA AMADO GOMES, ANA FERNANDA NEVES e TIAGO SERRÃO), AAFDL, Lisboa, 2014, pp. 149-178.
- “As providências cautelares pré-contratuais no projecto de revisão do CPTA”, in *e-Pública*, n.º 2, Junho de 2014 (disponível em www.e-publica.pt).
- “Da legitimidade activa no contencioso pré-contratual – em especial, os pedidos impugnatórios baseados na ilegalidade das peças procedimentais”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 34, n.º 134, Abril/Junho de 2013, pp. 275-310.
- “O fim da impugnação unitária no contencioso pré-contratual? A propósito do Acórdão do STA de 27.01.2011”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 32, n.º 126, Abril-Junho de 2011, pp. 255-272.
- “Impugnações administrativas e contencioso pré-contratual urgente – um olhar sobre a jurisprudência”, in *Publicações CEDIPRE ONLINE – 6*, Coimbra, Março de 2011 (disponível em www.cedipre.fd.uc.pt).

Lisboa, Dezembro de 2021